

GT 8. Diversidades e Estudos Étnico-Raciais (africanos e brasileiros)

JUVENTUDE(S), DIREITOS HUMANOS E ANTIRRACISMO: INTERDISCIPLINARIDADE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Andréa Pires Rocha¹
Roberth Miniguine Tavanti²
Kennedy Piau Ferreira³
Ligia Maria Braga do Nascimento⁴
Geisy Ramos⁵

Resumo. Compartilhamos da experiência interdisciplinar adquirida durante a execução do projeto de extensão “Juventude(s), direitos humanos e antirracismo: rumo a construção do observatório da(s) juventude(s) de Londrina e região”, que teve como objetivo mapear, apoiar, assessorar e promover formação voltada ao fortalecimento de experiências e ações de/com jovens e adolescentes em processos de reivindicação e garantia de direitos humanos de jovens em Cambé, Ibiporã, Londrina e Rolândia. Por considerarmos que a juventude é uma categoria sócio-histórica que sofre determinações decorrentes da questão de classe, étnico/racial, gênero/sexualidades e território, as ações estiveram no campo da luta por Direitos Humanos e antirracista.

Palavras-chave: juventude; antirracismo; direitos humanos; interdisciplinaridade; extensão universitária

Abstract: We share the interdisciplinary experience acquired during the execution of the extension project “Youth, human rights and anti-racism: towards the construction of the observatory of youth in Londrina and the region”, which aimed to map, support, advise and promote training aimed at strengthening experiences and actions of/with young people and adolescents in processes of claiming and guaranteeing human rights for young people in Cambé, Ibiporã, Londrina and Rolândia. Since we consider that youth is a socio-historical category that is determined by class, ethnicity/racial, gender/sexuality and territory, the actions were in the field of the fight for Human Rights and anti-racist.

Keywords: youth; anti-racism; human rights; interdisciplinarity; university extension

¹ Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, Doutora em Serviço Social e Mestre em Educação

² Doutor em Psicologia Social, docente colaborador do Departamento de Psicologia Social Institucional (PSI) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), roberth.tavanti@uel.br

³ Doutorado em Humanidades pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha(2011)
Professor Adjunto B da Universidade Estadual de Londrina , Brasil

⁴ Estudante de Psicologia da UEL

⁵ Estudante de Artes Visuais da UEL

1. PALAVRAS INICIAIS: UM POUCO DO PROJETO JUVENTUDE(S)

Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
Tudo, tudo, tudo que nós tem é
Cale o cansaço, refaça o laço
Ofereça um abraço quente
A música é só uma semente
Um sorriso ainda é a única língua que todos
entende

(Emicida et al)

Foi a partir da complexidade que envolve a realidade dos jovens brasileiros e, especialmente, sobre a monta de violações de direitos e, em contrapartida, as expressões de resistência das juventude(s) que se deu a implementação do projeto integrado de extensão e ensino “Juventude(s), direitos humanos e antirracismo: rumo a construção do observatório da(s) juventude(s) de Londrina e região”, que, ao fazer a junção de denúncias sobre a violação de direitos humanos de jovens e adolescentes e busca conhecer estratégias desse segmento social para colaborar no fortalecimento.

O objetivo geral foi mapear, apoiar, assessorar e promover formação voltada ao fortalecimento de experiências e ações de/com jovens e adolescentes em processos de reivindicação e garantia de direitos humanos, luta antirracista e formulação de políticas públicas em Cambé, Ibiporã, Londrina e Rolândia” oferecendo apoio a ações já existentes e estimulando a construção de novas propostas, como também a participação política de jovens e adolescentes, incentivando-os a conhecerem os conselhos de direitos e ocuparem estes espaços democráticos que estão na esfera da defesa e garantia de direitos humanos, sociais e enfrentamento ao racismo.

Defendemos que o processo de construção de consciência crítica é essencial para o empreendimento de ações que visam a superação coletiva e o empoderamento que nos referimos na justificativa. Gramsci também afirma, quando discute a relação do homem com a natureza (que envolve trabalho e técnica), ser

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

possível que “[...] cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o ponto central [...]” (Gramsci, 1984, p. 40). Portanto, o pensador propõe a valorização dos conhecimentos cotidianos e populares, acreditando que um dos instrumentos para o alcance da transformação pode ser atribuído à promoção de novas maneiras de pensar, ampliando-se assim a consciência, visando à organização para se efetivar a luta do coletivo.

Por isso, as ações tiveram como público os protagonistas que apareceram no Mapeamento das Ações Voltadas a jovens e adolescentes em Londrina e região, os quais foram envolvidos nos processos de construção de cursos/oficinas/palestras que mais acharem interessantes e necessárias. A metodologia estimulou a participação política dos sujeitos, entendendo-os como protagonistas históricos e sociais. Seguiremos, em linhas gerais a metodologia de Paulo Freire, a medida em que,

O método gera um processo de mudança e termina por identificar-se com ele, posto que a pedagogia coincide com um estilo muito exato de prática social, o da tomada de consciência, ou melhor, o da conscientização. Certamente, esta objetivação – condicionada pela posição que o indivíduo ocupa na sociedade – pode alcançar diferentes níveis: a superação de uma atitude mágica dá, gradualmente, primeiro uma opinião vaga – freqüentemente tomada de outrem, depois uma apreensão não crítica dos fatos e, enfim, no caso da conscientização, uma captação correta e crítica dos verdadeiros mecanismos dos fenômenos naturais ou humanos Mas qualquer que seja o grau a que chegue, esta superação procura sempre uma apropriação da conjuntura por parte de seus atores. (FREIRE, 1979, p. 40)

Neste sentido os processos formativos buscaram o aprofundamento de questões acerca de opressões que grupos e segmentos sociais estão submetidos e outros debates que podem auxiliar na construção da consciência crítica e multiplicadora. É nesta perspectiva que o letramento racial deve ocorrer, em uma perspectiva de fortalecer identidades ao mesmo tempo em que se abrange a luta antirracista. Acreditamos que qualquer processo que pretende atuar na esfera de uma educação precisa de aprofundamento teórico capaz de empoderar teórico e metodologicamente seus agentes mediadores. Entendemos o empoderamento a

partir das sínteses⁶ desenvolvidas por Joice Berth (2019, p. 23) ao se referir que

Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História. Esse entendimento é um dos escudos mais eficientes no combate à banalização e ao esvaziamento de toda a teoria construída e de sua aplicação como instrumento de transformação social

Acreditamos no empoderamento que se situa dialeticamente no movimento entre singular, particular e universal/coletivo. E, desta forma, concordamos com Paulo Freire (1979, p. 40), quando enfatiza a importância da “conscientização”, pois

Aqueles que estão “conscientizados” apoderam-se de sua própria situação, inserem-se nela para transformá-la, ao menos com seu projeto e com seus esforços. Portanto, a conscientização não pode pretender nenhuma “neutralidade”. Como consequência que é da educação, demonstra que esta também não poderia ser neutra, porque se apresenta sempre, queiramos ou não, como “a forma própria de uma ação do homem sobre o mundo.

Portanto, no caso deste projeto o empoderamento foi instrumento mediador que pôde potencializar trocas dialógicas entre todos os protagonistas, sejam docentes, estudantes, profissionais, comunidade, jovens e adolescentes, familiares, defensores de direitos, ativistas, conselheiros de direitos, etc. a partir da construção de atividades de extensão.

Obstante a isso as ações estiveram no campo da Educação em Direitos Humanos e letramento racial, que se deram a partir de processos formativos, dialogando com a defesa da Diversidade Cultural e da luta antirracista, portanto, neste artigo, trazemos o debate sobre os direitos humanos, o antirracismo e o protagonismo juvenil e compartilhamos um pouco da experiência interdisciplinar adquirida durante a execução do projeto, dialogando com a metáfora poética de Emicida colocada na epígrafe, pois, o trabalho de parceria comprova que “tudo que nós tem é nós”.

⁶ cunhada pelos debate empreendidos por Hannah Arendt, Foucault,, Patrícia Hill Collins, Barbara Bryan Solomon, Cecília Sardenberg, Rute Baquero, Paulo Freire entre outros

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

2. FUNDAMENTOS QUE NOS MOVERAM

2.1 Direitos humanos e antirracismo como luta cotidiana

São inúmeras as expressões da questão social, as quais se recrudescem em decorrência do fortalecimento da política neoliberal, desmontes desenfreados das políticas sociais, o que tem precarizado cada dia mais a vida da classe trabalhadora e, por sua vez, a condição de vida dos jovens. Além disso, jovens e adolescentes, especialmente os negros e pobres, são os principais alvos de medidas de controle calcadas no desmonte de direitos e no fortalecimento da penalização, como expressões mais duras da necropolítica neoliberal e seu Estado penal⁷ (Wacquant, 2014), que também impetra o juvenicídio (Valenzuela, 2015; Rocha, 2020).

Ou seja, o fato do Brasil ser signatário de compromissos internacionais na esfera dos Direitos Humanos deve ser entendido como parâmetros para as pautas coletivas. Dentre estes mecanismos destacamos a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos⁸, Declaração do Milênio da ONU, Objetivos do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, correspondendo ao “apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que até 2030 todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade” (PNUD, 2023).

No que se refere a luta antirracista, todas as normativas mencionados acima tratam de maneira transversal, mas a principal referência específica está nos compromissos assumidos na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida no ano de 2001, em Durban, África do Sul, que contou com a participação de 173 países, dentre eles o Brasil. É importante destacarmos que a Assembleia Geral da ONU proclamou o período entre

⁷ ROCHA 2000; 2004; 2013

⁸ Esses pactos foram assumidos internacionalmente em 1966, porém o Brasil só os aderiu em 1992

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

2015 e 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes “citando a necessidade de reforçar a cooperação nacional, regional e internacional em relação ao pleno aproveitamento dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos de pessoas de afrodescendentes, bem como sua participação plena e igualitária em todos os aspectos da sociedade” (ONU, 2023⁹).

Destacamos a priori a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Juventude, o Estatuto de Igualdade Racial, as leis que versam sobre Ensino da História da África, Afrobrasileira e indígena. Além disso, é essencial termos como parâmetros o Plano Nacional dos Direitos Humanos – PNDH 3, tal como os Planos Nacionais, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Juventude, da Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos. Observamos que são inúmeros os mecanismos de proteção aos direitos humanos e combate ao racismo, no entanto, a mera positividade desses instrumentos normativos não garante uma sociedade mais justa. Isso depende de profundas mudanças estruturais na lógica capitalista, pois, como explica Evelina Dagnino (2004), a Constituição de 1988 é promulgada em um contexto de implantação do Neoliberalismo no país o que, traz uma confluência perversa, pois, o aspecto cidadão foi, no neoliberalismo, subjugado ao privatismo.

O processo de construção democrática enfrenta hoje no Brasil um dilema cujas raízes estão na existência de uma confluência perversa entre dois processos distintos, ligados a dois projetos políticos distintos. De um lado, um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas (Teixeira, Dagnino e Silva, 2002). O marco formal desse processo é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil. (DAGNINO, 2004, p. 141).

Vemos então, que a luta por direitos, mesmo aqueles garantidos por lei, é uma constante na história do Brasil. Desta forma é essencial entender os direitos positivados em normativas e legislações como parâmetros para luta pela implementação de políticas públicas e responsabilização de uma sociabilidade que, em nome do lucro, precariza a vida humana e do meio ambiente.

⁹ <https://decada-afro-onu.org/plan-action.shtml>

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

É por tudo isso que os Direitos Humanos e o Antirracismo estão inseridos em tesões, sofrendo ataques frontais na esfera da superestrutura a partir de determinantes ideologizados cunhados em discursos pautados no ódio e na intolerância e, na esfera estrutural, no que tange aos desmontes concretos e implementação de legislações e projetos de lei os colocam em risco eminente.

2.2 Juventude(s) a partir de lentes interseccionadas

Entendemos a juventude como uma categoria sócio-histórica que sofre determinações decorrentes da questão de classe, étnico/racial, gênero/sexualidades e territoriais, as quais interferem nas múltiplas vivências juvenis, por isso, falamos em juventude(s)¹⁰ (Fraga e Lulanelli, 2003; Groppo, 2014). Além disso, colocam que “as sociedades reconhecem nesse grupo o papel da continuidade da vida social, por isso se busca exercer um forte controle social sobre suas normas e condutas”. E para pensarmos a condição juvenil, é importante entendermos que “a geração não é um grupo social concreto, como é família, tribo ou seita. É, assim como a classe social, uma situação social. [...]” (GROPPO, 2017, p. 55). Situações sociais que são diferentes do ponto de vista do conteúdo, pois

A classe social se define pela situação em comum de certos indivíduos no interior das estruturas econômicas de uma sociedade. Já a geração se define pelo fato de que certos indivíduos com idades semelhantes viveram em sua juventude. Esta situação social, que define a geração, estabelece uma gama mais ou menos restrita de experiências sociais em comum àqueles indivíduos e encaminhados a certo tipo de ação social. (GROPPO, 2017, p. 55).

É na esteira dessas reflexões que recorremos a Sociologia da Juventude aderindo a concepção crítica que considera o estabelecimento de uma relação contundente entre estrutura socioeconômica e a experiência da juventude, envolvendo, segundo Groppo (2014, p. 53) “grupos (como camadas populares e mulheres) que enfrentam a negação total ou parcial do direito de viver a juventude”.

¹⁰ Neste projeto, a categoria juventude(s) abrange adolescentes e jovens. Por adolescência considera-se o recorte etário estabelecido no ECA que é de 12 a 18 anos incompletos, no que se refere a juventude, a determinação é do Estatuto da Juventude, que adere o recorte de 15 a 29 anos.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Se pertencer a uma classe social e faixa etária diz muito sobre os lugares que se acessa socialmente, nas relações étnico/raciais a determinação desses lugares se complexifica. Por isso, as categorias de raça, gênero, sexualidades, classe social, território, são primordiais para se compreender de qual juventude estamos falando. Portanto, não podemos deixar de mencionar que o racismo estrutural, entendido como “decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares[...]” (Almeida, 2018, p. 38) foi elemento delineador das relações sociais brasileiras, as quais desde o período colonial o utilizam para justificar a escravização e, após o estabelecimento a república liberal, foram inúmeras as legislações que fortaleceram a segregação e exclusão das pessoas negras e indígenas. Ou seja, o racismo sendo um pilar do capitalismo, precisa ser combatido e isso só acontece a partir do letramento racial¹¹ e do fortalecimento da agenda antirracista.

Neste sentido, precisamos empenhar esforços para que somemos na luta por uma sociedade cuja fome, a miséria, o genocídio, a falta de habitação, a falta de recursos públicos, entre tantas violências, não sejam naturalizadas. Portanto, importante se faz situarmos os movimentos sociais considerando-os como a materialização de formas de resistência, sendo eles organizados ou espontâneos, como conceitua Gohn (1997, p. 19 – 20),

Movimentos sociais são fenômenos históricos, decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Enquanto a sociedade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los. (GOHN, 1997, p.19 - 20).

Por isso os movimentos sociais são essenciais para impulsionar mudanças a partir da luta e o envolvimento popular. Os jovens, por sua vez, estão protagonizando novas formas de engajamento, as quais Weissböck e Silva (2018) consideram a existência de “Novos Movimentos Sociais Juvenis”, os quais se apresentam a partir

¹¹ “O conceito de *racial literacy* foi criado pela socióloga americana France Winddance Twine em 2003 e a primeira tradução para o português é atribuída à psicóloga Lia Vaine Schucman. De acordo com Lia, o letramento racial está relacionado com a necessidade de desconstruir formas de pensar e agir que foram naturalizadas [...]”. (JOKURA, 2022)

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

de “novas formas de participação não formais; a articulação entre os níveis micro e macro de participação; as temáticas identitárias (étnico-racial, de gênero, ecológica, cultural, etc.)” (Weissboch e Silva, 2018, p. 8). Destacam as reflexões:

Tal concepção valoriza sobretudo as novas formas de participação não-formalizada, a quebra da rigidez na divisão entre o público e o privado (publicizando e politizando questões outrora tratadas como tendo apenas “cunho privado”), a articulação entre os níveis micro e macro de participação, as temáticas identitárias (étnico-racial, de gênero, ecológica, cultural etc.) e a atuação cultural ou simbólica nas questões de poder e dominação presentes no cotidiano (tais como racismo, machismo, degradação ambiental etc.). Em geral, esta concepção destaca a informalidade ou a baixa formalidade da participação e dos coletivos auto-organizados, a possibilidade de se formar redes (articulando o micro e o macro), a fluidez da participação e das próprias organizações e a participação em diversas questões e coletivos (a “militância múltipla”). (GROPPO, 2016, p. 847-848 apud WEISSBOCH e SILVA, 2018, p. 8).

Em outras palavras, os movimentos sociais juvenis têm vivenciado diversas transformações e conquistado novos espaços no cenário democrático. Há que se destacar ainda expressões como os saraus, batalhas de rima, entre outras expressões artísticas e culturais de resistência mobilizados entre coletivos e movimentos sociais nas periferias urbanas. Tavanti (2018) ao pesquisar os saraus nas periferias de São Paulo, teceu argumentos em direção à existência de conexões entre as práticas culturais e políticas produzidas pelos movimentos culturais na atualidade – a partir dos anos 2000, 2010 e 2020 – com ações coletivas produzidas nesses territórios em décadas anteriores – anos de 1970, 1980 e 1990, ou seja, as ações coletivas promovidas pelas juventudes nos saraus periféricos, entre os anos de 2010 a 2020, apropriaram-se de memórias e linguagens de ação culturais presentes nesses territórios e que se configuram historicamente como espaços de luta e resistência política. Nas palavras do autor:

a compreensão das ações coletivas produzidas e mobilizadas cotidianamente pelos agentes integrantes dos coletivos culturais e dos movimentos sociais envolvidos nas práticas – culturais, comunitárias e políticas – acabam por mobilizar aquilo que autores como Jacques Racière (2005) denomina de sensível. Isto é, experiências partilhadas em espaços sociais em comum: territórios, culturas e memórias. Desse modo, ao assumir tal perspectiva compreendemos que a partilha do sensível é algo constitutivo das relações intersubjetivamente negociadas nos espaços de vida e convivência cotidiana nas periferias – os saraus, como exemplo, constitui-se como um lugar de

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

elaboração de novas subjetividades políticas, sejam elas individuais ou coletivas (TAVANTI, 2018, p. 152).

Sendo assim, vislumbramos que atividades como os saraus, e no caso da cidade de Londrina, as batalhas de rima, entre outras manifestações culturais articuladas ao movimento Hip Hop, organizadas e mobilizadas de forma autônoma por coletivos de jovens moradores das periferias, possibilitam a criação de conexões entre as práticas artísticas e culturais e as ações de base comunitária, ou seja, mobilizam, desse modo, ações coletivas a partir das memórias e da convivência cotidiana entre as juventudes periféricas no sentido do fortalecimento das lutas históricas engendradas nesses territórios.

Tais percepções nos ajudam a impulsionar estratégias e práticas de pesquisa e intervenção baseadas nas trocas constantes entre os saberes disciplinares - Serviço Social, Psicologia Social e Artes, por exemplo, e os saberes populares produzidos pelos coletivos de jovens nas periferias, isto posto, seguimos com o relato desta experiência, tendo como eixo do trabalho a perspectiva da interdisciplinaridade no diálogo entre saberes acadêmicos, artísticos e políticos.

3. A INTERDISCIPLINARIDADE NA EXECUÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Concordamos que “a forma atual do mundo, regida pelo capital, fundamenta e exige a fragmentação do saber como um instrumento necessário à sua reprodução. [...] um *saber* fragmentado é um saber de um *mundo* fragmentado” (Lessa, p. 2013, p. 739). Ou seja, essa lógica é fruto da divisão social e técnica do trabalho, como parte da sociabilidade burguesa. Desta forma, compreender esta fragmentação a partir da esfera ontológica é diferente de entendermos a interdisciplinaridade como uma prática pedagógica, que está longe de resolver a fragmentação do saber, mas pode possibilitar o desenvolvimento de ações de extensão universitária, envolvendo diferentes áreas de atuação e de conhecimento.

Dito isso, é importante considerarmos que o próprio conceito da interdisciplinaridade é complexo e multifacetado. Apesar de Japiassu (1976) se

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

assentar em uma leitura romantizada sobre a interdisciplinaridade, colocando-a como estratégia para resolução da “patologia do saber”, vemos que o autor traz algumas pistas importantes sobre essa metodologia. Para a atuação das diferentes áreas que compuseram o projeto de extensão, a interdisciplinaridade compósita é que a mais se aproxima da nossa realidade, pois

É levada a efeito quando se trata de resolver os grandes e complexos problemas colocados pela sociedade atual: guerra, fome, delinquência, poluição, etc. Trata-se de reunir várias especialidades para encontrar soluções técnicas tendo em vista resolver determinados problemas, apesar das contingências históricas em constante mutação. Todavia, nem os domínios materiais nem tampouco os domínios de estudo dessas disciplinas, com seus níveis de integração teórica, entram numa real interação. O que se verifica é apenas uma conjugação de disciplinas por aglomeração, cada uma dando sua contribuição, mas guardando a autonomia e a integridade de seus métodos, de seus conceitos-chaves e de suas epistemologias. (Japiassu, 1976, p. 80).

Foi por meio da composição e trocas entre as áreas de Serviço Social, Psicologia e Artes que as ações do projeto foram realizadas. Nas reuniões de planejamento cada área apresentava sua perspectiva para a leitura da realidade e resolução dos desafios que eram colocados e, nesse processo de trocas, podíamos considerar qual área teria maior aprofundamento na análise e pistas para a construção de intervenções psicossociais diante às questões colocadas.

Em relação ao Serviço Social, as especificidades da profissão estiveram presentes a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais, segundo Yolanda Guerra (2000), compõem níveis de apreensão da realidade, sendo indissociáveis, mesmo considerando-se suas particularidades. Elementos esses que devem estar presentes na formação profissional, pois,

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

Desta forma, as profissionais recém formadas em Serviço Social e as/os estudantes de Serviço Social que participaram do projeto, puderam propor ações de

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

extensão universitária, sustentando práticas educativas dialogadas entre os saberes interdisciplinares e as especificidades da profissão.

Em relação a área da psicologia, em linhas gerais, a atuação no projeto dialogou com a especialidade da Psicologia Social, que, segundo o Art. 3º. Da Resolução 05/2003 do Conselho Federal de Psicologia,

I - Atua fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social. O psicólogo, nesse campo, desenvolve atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários, no âmbito da Saúde, Educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, justiça, segurança e assistência social. [...]

Desta forma, podemos dizer que as ações possibilitaram às estudantes a aproximação desse entendimento, considerando as diversas frentes e possibilidades que envolvem a psicologia social. Vale ressaltar que a Psicologia oferece uma compreensão aprofundada das dinâmicas psicossociais e comunitárias, as quais atravessam as experiências das juventudes em suas múltiplas possibilidades de ser (interseccionalidades) e estratégias políticas de resistência por meio do engajamento em ações coletivas e culturais pautadas em práticas de cuidado e fortalecimento das redes de solidariedade e apoio em territórios historicamente marginalizados.

No que se refere às artes em geral, na maneira que as concebemos, é um campo do conhecimento. Segundo Piau (2021) o artista percebe a realidade a partir de um ponto de vista particular e reflete sobre essa realidade. A reflexão do artista sobre o real é expressa na obra de arte, que, por sua vez, é sempre fruto do trabalho humano, que articula ideia, imaginação, valores e um aspecto operacional que chamamos genericamente de técnica. Nesse caso, o trabalho humano que articula capacidade mental e técnica produz uma forma simbólica, por isso, pode-se afirmar que não há uma ideia única, universal e atemporal do que seja uma obra de arte. Para Arruda (2022, p. 415)

A arte é uma importante dimensão para o desenvolvimento humano. Em razão de sua amplitude, apresenta várias conceituações, modalidades e ramificações. A arte apresenta os valores, os costumes e as ideologias de um grupo e/ou sociedade, conforme o seu tempo sócio-histórico. Está presente em muitas gerações, com sentidos e significados diversos, devido

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

às redes de sociabilidade e aos aspectos culturais, subjetivos e políticos em questão.

Reflexões que dialogam com Piau (2021), pois, para ele a ideia do que seja uma obra de arte é uma construção histórica. Portanto, cada sociedade em cada momento histórico define quais são os critérios para se julgar se uma obra é ou não uma obra de arte. Há, inclusive, sociedades que não trabalham com a ideia hegemônica de arte, tal qual se concebe no mundo ocidental.

O autor aponta ainda que o campo da arte como campo do conhecimento humano é, em sua essência, transgressor das disciplinas rígidas. Via de regra, ele busca diálogos e sinergias com outros campos do conhecimento como a filosofia, as ciências sociais, a educação, a comunicação, a psicologia, a história, a física. E, inclusive, com os campos que atuam com as juventudes. Simultaneamente, o campo da arte também pode expor as potencialidades de uma luta interseccional, criativa, instigante, coletiva, profunda, saudável, imaginativa, alegre, ativa que garanta que a própria juventude lute pela ampliação dos seus direitos, inclusive o direito a uma formação antirracista. As artes, para além da forma de expressão individual, é fundamental no processo de construção do indivíduo, no desenvolvimento da criatividade, da flexibilização da capacidade de resoluções de problemas, da sensibilidade, da reflexão, das percepções de si e suas relações sociais.

A produção artística pode potencializar narrativas e garantir a voz às pessoas historicamente invisibilizadas. As diversas manifestações artísticas, como música, dança, artes visuais, entre outras, funcionam como recursos para que os/as jovens contem suas histórias e se conectem com outros/as que compartilham de experiências semelhantes. O Hip-Hop, por exemplo, atua como um vetor de produção dos processos de subjetivação, transformando estigmas em emblemas de identidades políticas a partir do reconhecimento da existência de sujeitos periféricos, principalmente entre jovens e negros, como vidas potentes. Arruda e Vincentin (2002) destacam que o impacto da arte na vida dos/as jovens é profundo e multifacetado, influenciando tanto sua participação e integração em contextos comunitários, quanto nos processos de desenvolvimento interpessoal e psicossocial.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: TUDO QUE NÓIS TEM É NÓIS

Por tudo isso fazemos a analogia ao trecho da música Principia do Emicida, pois, afinal de contas, tudo que nós tem é nós. Nesse sentido, as articulações produzidas nos encontros entre a Psicologia, o Serviço Social e as Artes compartilhadas durante esse primeiro ano do Projeto Juventudes, ofereceram condições para a construção de uma lógica de trabalho interdisciplinar favorável aos processos de diálogo e colaboração entre os/as estudantes, professores, profissionais da universidade com os/as jovens moradores em territórios vulnerabilizados e participantes das oficinas e demais atividades realizadas nos diferentes contextos institucionais – escolas estaduais, Conselhos de Direitos, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, entre outros projetos e espaços comunitários. Dito de outra forma, ao longo deste primeiro ano de desenvolvimento do projeto Juventudes foi possível mobilizar iniciativas de participação das juventudes moradoras em territórios vulnerabilizados, nesses quatro municípios – Londrina, Cambé, Ibiporã e Rolândia -, em conexão com práticas educativas na perspectiva dos direitos humanos e da luta antirracista e dos processos de identificação e reconhecimento entre os/as próprios/as jovens como agentes de mudança envolvidos com questões-chaves de suas comunidades.

Nesse sentido, é evidente como o trabalho orientado por lógicas interdisciplinares e sustentado pelo fazer artístico, político e cultural se conecta profundamente com as juventudes. Através das ações coletivas mobilizadas pela linguagem do Hip Hop, os/as jovens experimentam novas possibilidades de resistir e refletir sobre os cotidianos nas periferias, estabelecendo, nesse sentido, conexões entre experiências estéticas, políticas e coletivas em prol da cidadania.

A articulação interdisciplinar das artes, em seus diversos aspectos, pode estabelecer com o campo do serviço social e da psicologia social uma relação muito potente e instigante, sobretudo ao pensar as juventudes. A produção, circulação e fruição artística pode afetar as juventudes de um modo que os outros campos do conhecimento tem dificuldade de afetar. Determinadas produções artísticas com foco no questionamento das relações desiguais de saber e poder, forçam a quebra da ideia da homogeneidade e expõe, desvela e revela as mais variadas formas de

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

opressão às quais as juventudes estão submetidas.

A arte articulada ao serviço social e a psicologia, não como instrumento, mas parceira de compreensão e ação na realidade, pode criar espaços para a compreensão de diferentes perspectivas do real, e incentivar um olhar sensível e crítico para as demandas sociais que são frequentemente expostas, sobretudo pelas artes urbanas de rua e pelo que se convencionou chamar de *Artivismo*.

Unindo determinadas concepções dos papéis sociais das artes com os conhecimentos e atuações do serviço social e da psicologia, podemos criar espaços de reflexão e ação onde as juventudes de baixa renda/periférica, negras, indígenas, as mulheres jovens, pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência possam ampliar suas capacidades de agir na perspectiva de resistência às camadas sobrepostas de exploração econômica, dominação ideológica e às mais variadas formas de discriminação.

No projeto Juventudes temos sentido a potência dessas articulações. No projeto pudemos fazer oficinas com jovens de diferentes instituições na perspectiva de acessar o sensível individual e o “eu” coletivo que cada um dos jovens carrega. Através de seus relatos, desenhos, poesias, músicas e danças foi possível perceber como os marcadores sociais atravessam e se sobrepõe para o apagamento desses indivíduos, e o papel da arte no romper dessa invisibilidade.

A interseção entre Psicologia, o Serviço Social e o campo das Artes Visuais constituem uma estratégia poderosa no sentido da ampliação dos repertórios interpretativos entre as juventudes e, mais, propiciam modalidades de engajamento e ação política sustentadas nas lutas sociais por meio das ações culturais voltadas ao enfrentamento do racismo e demais intersecções entre as opressões de classe, gênero e sexualidades que atingem as juventudes. E assim, caminhamos juntas rumo a construção de conexões que podem calar o cansaço e refazer os laços como canta Emicida.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018. (Série Feminismos Plurais).

ARRUDA, D. P. Arte e Serviço Social: aspectos necessários sobre o ser-artístico. *Revista Katálysis*, v. 25, p. 404–414, 6 maio 2022

ARRUDA, D. P.; VINCENTIN, M. C. G. Processos de subjetivação das juventudes periféricas: reconhecimento, cultura hip-hop e cotidianidade. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 14, n. 41, p. 461–484, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1296>. Acesso em: 6 ago. 2024.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais)

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política e Sociedade**, N. 5, Outubro de 2004. p. 139 - 164

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LUNIANELLI, Jorge Afílio Silva (org). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DPA, 2003

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire*; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021

GRAMSCI, Antonio. *1891 – 1937. Obras escolhidas*. Tradução de Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 5 ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

GOHN, Maria da Glória. Teoria sobre os movimentos sociais. 6ª. Ed. Edições Loyola: São Paulo, 1997.

GROPPO, Luís Antônio. Introdução à Sociologia da Juventude. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade. Cortez editora. Ano XXI, n. 62, mar. 2000.

JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

JOKURA, Tiago. O que é letramento racial? Netzero. 2022. Disponível em: <https://netzero.projetodraft.com/o-que-e-letramento-racial/> . Acesso em: 05/01/2023.

PIAU, K. (2022). Imagens Invisíveis. Farol, 17(25). 2021. <https://doi.org/10.47456/rf.v1i25.37159>

RANCIÈRE, J. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2005.

ROCHA, Andréa Pires. O Juvenicídio brasileiro: racismo, guerra às drogas e prisões. Ed. EDUEL: Londrina, 2020.

TAVANTI, R. M. A rebelião das andorinhas: sarasus como manifestação político-cultural na zona sul de São Paulo. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2018.

WACQUANT, Loic. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia*, Porto, v. 16, p. 27-39, 2006.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Tradução de Sérgio Lamarão. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

WEISSBÖCK, Lara Pires; SILVA, Márcia da. **Os movimentos sociais juvenis: o que se passa na América Latina?**. Anais do XV Colóquio Internacional de Geocrítica Las

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista Barcelona, 7-12 de mayo de 2018

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

